ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DA AMÉRICA DO SUL E INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA: PENSAMENTO GEOPOLÍTICO CLÁSSICO E INTERPRETAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DA DEFESA NO CONTINENTE

Milton Carlos Bragatti*

RESUMO

Os conceitos geopolíticos clássicos de autores como Mackinder, Ratzel e Mahan, entre outros, foram utilizados e reinterpretados por pensadores sul-americanos e também nortearam a orientação militar e influenciaram a política externa de várias nações da América do Sul. O objetivo deste artigo é, a partir de investigação bibliográfica, situar as diversas vocações geopolíticas dos países da América do Sul. Além de fazer uma breve genealogia e discussão sumária do pensamento geopolítico sul-americano na esfera acadêmica e político-militar, verificar em que medida essa perspectiva tem sido utilizada e tem influenciado diversos autores em suas interpretações sobre o continente, especialmente com relação a iniciativas de integração regional como a União Sul-Americana (UNASUL) e a cooperação em defesa no continente, expressa no Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da Instituição.

Palavras-chave: Geopolítica. União Sul-Americana (UNASUL). Integração Regional.

GEOPOLITICAL ASPECTS AND INTEGRATION OF SOUTH AMERICA: THE CLASSICAL GEOPOLITICAL THOUGHT AND CONTEMPORARY INTERPRETATIONS OF DEFENSE ON THE CONTINENT

ABSTRACT

The classical geopolitical concepts of authors like Mackinder, Mahan, and Ratzel, among others, have both used and reinterpreted by South American thinkers. Besides, it has guided and influenced both the military and the foreign policy of several South American nations. The aim of this article is, from a bibliographic discussion, situate the various "geopolitical vocations" of the South American countries; in addition, to make a genealogy and a discussion brief of the South American geopolitical thought in both academic and political military spheres. Furthermore, it is important to observe how many authors have used this approach, and how it has influenced the South American continent interpretations, especially with regard to the regional integration initiatives, such as Union of South American Nations (USAN) and the defence cooperation, expressed in the South American Defense Council (SADC).

Keywords: Geopolitics. Union of South American Nations (USAN). Regional Integration.

* Milton Carlos Bragatti é mestrando em Ciências Sociais: Relações Internacionais e Desenvolvimento na Universidade Estadual Paulista (UNESP) e mestre em *Communication Arts* pelo *New York Institute of Technology* (NYIT). Contato: <miltonbragatti@yahoo.com>.

ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DE AMÉRICA DEL SUR Y INTEGRACIÓN SUDAMERICANA: PENSAMIENTO GEOPOLÍTICO CLÁSICO Y INTERPRETACIONES CONTEMPORÁNEAS DE DEFENSA EN EL CONTINENTE

RESUMEN

Conceptos geopolíticos de autores "clásicos" como Mackinder, Mahan y Ratzel, entre otros, fueron utilizados y reinterpretados por pensadores de América del Sur y también guió la orientación militar y la política exterior de varios países de América del Sur. Este artículo, partir de discusión bibliográfica, busca situar las diversas vocaciones "geopolíticas" de los países de América del Sur y hacer una breve genealogía y breve discusión del pensamiento geopolítico sudamericano en ámbito académico y político-militar y verificar como este enfoque ha sido utilizado e influenciado muchos autores en sus interpretaciones del continente sudamericano, especialmente con respecto a las iniciativas de integración regional como la Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR) y la cooperación en defensa en el continente, expresada en el Consejo de Defensa de la institución (CDS).

Palabras clave: Geopolítica. Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR). Integración Regional.

1 INTRODUÇÃO

Declarada ou instintivamente, a perspectiva geopolítica, pautada muitas vezes por conceitos clássicos da Teoria Geopolítica, configura-se em um dos prismas que norteiam a política externa de várias nações sul-americanas, em especial a do Brasil, maior país do continente. Essa influência pode ser percebida em diversos autores na América do Sul, onde conceitos da Geopolítica foram reinterpretados e se desenvolveram.

Uma das hipóteses deste artigo – com a ressalva de que estas demandam uma futura elaboração e investigação mais aprofundada para provar maior consistência, o que estaria além do escopo deste texto – é que o pensamento e as reformulações de conceitos geopolíticos clássicos – entendidos aqui como uma abordagem teórica com ênfase nos aspectos geográficos, territoriais (levando em conta o tamanho, forma, espaço e posição do mesmo), de relevo, vegetação e clima, entre outros, – influenciaram políticas nacionais de estados sul-americanos e parecem continuar influenciando na conformação de processos de regionalismo e integração da região (COSTA, 2009; MELLO, 2002; MIYAMOTO, 2012; NOLTE; WEHNER, 2012; PUNTIGLIANO, 2013).

A metodologia utilizada é histórico-descritiva, baseada em revisão bibliográfica. Os autores selecionados têm como referência analítica uma abordagem geopolítica clássica que propõe ênfase nos aspectos geográficos como fator fundamental para a compreensão da configuração e distribuição de poder entre as diversas nações.

Uma breve análise geográfica da América do Sul revela a complexidade das diferentes vocações geopolíticas de cada um dos países do continente, a saber:

o Brasil, o maior país e possuidor de metade do território da região, possui uma vocação continental, projetando influência para os outros países vizinhos; a Argentina, principal rival histórico do Brasil pela hegemonia regional, parece enfrentar uma crise de identidade ao confrontar sua projeção na área da Bacia do Prata e/ou investir em sua vocação marítima (apesar de uma maior ênfase na Questão das Malvinas em mais recentes tempos); a Bolívia, considerada como *heartland*, encontra-se limitada por sua insularidade e por problemas de articulação regional; o Chile investe em seu privilegiado acesso ao Oceano Pacífico, colocando-se como um *maritime power*, procura maior conexão com o continente; a Colômbia, como nação amazônica, sua região caribenha e seu acesso ao Pacífico, estabelece simultaneamente conexões com seus vizinhos, mas mantém relações próximas ao *hegemon* do hemisfério, os EUA, numa espécie de *rimland* que gera tensões e complicações para a área andino-amazônica.

A articulação ou, em alguns casos, a desagregação, influenciada e/ou promovida por diferentes percepções geopolíticas, pode ser verificada na abordagem analítica de vários pensadores sul-americanos ao longo do tempo e contemporaneamente.

Vários processos de cooperação e integração regional mudaram a percepção geopolítica da América do Sul nas últimas décadas. Entre estas, destacam-se o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA) – hoje COSIPLAN –, a Aliança do Pacífico e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

Um dos exemplos mais significativos dessa nova configuração é o desenvolvimento da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), um processo de regionalismo em fase de construção, com o objetivo de coordenação e cooperação que, em menos de uma década desde sua formação, caracteriza um sistema de governança e de segurança regional na América do Sul (NOLTE; WEHNER, 2012).

As percepções geopolíticas acompanham transformações nas conjunturas históricas. Neste sentido, novos temas têm sido incluídos, inclusive no escopo da UNASUL, em termos da segurança e defesa conjuntas, como a conjugação de novos elementos ambientais de segurança às questões clássicas de ordem espacial, meio ambiente e questões climáticas; elementos e ameaças não estatais, como o narcotráfico e o terrorismo.

As transformações em curso em países importantes na região, notadamente os resultados das eleições na Argentina e na Venezuela, anunciam possibilidades de mudanças que podem gerar uma maior convergência política, no que se refere a esses temas. Além disso, a própria abordagem geopolítica, para muito além dos aspectos geográfico-espaciais, tem-se pautado pela multidimensionalidade. Neste sentido, temas culturais, civilizacionais (como a situação dos povos indígenas, por exemplo), ideológicos e econômicos têm, cada vez mais, se tornado objeto de estudo desta disciplina na América do Sul.

2 GENEALOGIA DO "SURGIMENTO" DA AMÉRICA DO SUL COMO REGIÃO AUTÔNOMA

A criação da estrutura de governança regional representada pela União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) consolida o conceito de área sul-americana, distinta do pan-americanismo – excluindo, dessa maneira, os Estados Unidos – e também do latino-americanismo, na medida em que México, América Central e Caribe não participam desse processo. Essa organização confere à região uma identidade e uma capacidade de *actorness*, a que o ex-ministro brasileiro de Relações Exteriores, Celso Amorim, chamou de rosto da América do Sul (AMORIM, 2010; NOLTE; WEHNER, 2012).

A construção do conceito de continente sul-americano revela uma estratégia de integração e regionalismo de vários países, especialmente capitaneados pelo Brasil. A aposta geopolítica na América do Sul como área distinta se contrapõe à ideia de América Latina que, ao abarcar os países centro-americanos e caribenhos com realidades e situações distintas com relação aos vizinhos do sul, expõe a região à maior órbita de influência dos Estados Unidos, por sua proximidade geográfica, na visão de Vinicius Modolo Teixeira:

> O território sul-americano se apresenta, dessa forma, muito mais coeso e palpável para as futuras comunidades políticas e econômicas se desenvolverem do que o 'território' de uma América Latina, que abarcaria uma região de difícil delimitação, a começar pelas definições generalizadas que o termo encontra. (TEIXEIRA, 2013, p. 24).

No entanto, a defesa da soberania e do interesse nacional é uma característica de todas as instituições e processos de regionalismo e cooperação na América do Sul. A UNASUL, como outros processos de regionalismo na América do Sul e América Latina, segue um modelo intergovernamentalista de associação, em que os Estados soberanos são os principais atores na formulação e implementação desses mesmos processos. Os países procuram manter, acima da visão regional, o interesse nacional e a preservação da soberania. Além disso, a Instituição enfrenta as disputas territoriais não resolvidas e a preocupação com a balança de poder, entre outros aspectos geopolíticos expressados por seus atores.

3 ORIGENS HISTÓRICAS DA TEORIA GEOPOLÍTICA BRASILEIRA E ARGENTINA E A CONSOLIDAÇÃO DA UNASUL

A projeção continental da política externa brasileira, em termos geopolíticos, considerando a América do Sul como sua área natural de influência, começa a se

expressar, particularmente, a partir da atuação do pai da diplomacia brasileira, José Maria da Silva Paranhos (1845-1912), o Barão do Rio Branco (CETINA, 2011). Depois de quase um século, o Brasil, por fazer fronteira com nove dos outros onze países da região, com exceção do Equador e Chile, tornou-se o principal motor da noção de uma unidade sul-americana.

Durante a Primeira Cúpula Sul-Americana convocada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, o ministro das Relações Exteriores Luiz Felipe Lampreia destacou o conceito geográfico da América do Sul, uma ilha cercada por oceanos. A política externa do governo Cardoso pautou-se pelo princípio de que, assim como o continente sul-americano, o MERCOSUL é destino e não uma opção para o Brasil.

A formação do conceito de "região sul-americana" pode ser interpretada como um longo processo histórico-político que, hoje, se materializa na UNASUL. Na obra *O corpo da Pátria*, de Demétrio Magnoli, propõe que a narrativa histórica do Brasil colônia é, simultaneamente, geográfica e territorial. O mito geográfico da Ilha Brasil e a doutrina das fronteiras naturais foram se fundindo no discurso territorial brasileiro. Essa concepção contribuiu para a formação do mito fundador brasileiro e como programa de política de fronteiras para o Império, orientando as estratégias desenvolvidas tanto na Bacia do Rio da Prata quanto do Rio Amazonas (MAGNOLI, 1997).

Na década de 1950, a Geopolítica, como campo de estudo e de elaboração científica, ganhou ímpeto, força e escopo no Brasil com a criação da Escola Superior de Guerra (ESG). A Geopolítica brasileira desenvolveu-se e influenciou projetos como, por exemplo, a construção de Brasília e a elaboração do conceito de Brasil Potência, entre outros. A integração nacional era uma prioridade, como igualmente a dimensão de integração regional, visando à proteção e projeção do país em relação à região Amazônica, ao Centro-Oeste, além do Atlântico Sul e até a África.

Na análise de Therezinha de Castro (1995), a própria posição geográfica e as características da América do Sul conferem à região a categoria de continente do hemisfério sul. A autora acredita que a oposição das duas vertentes oceânicas (Atlântica e Pacífica) e a existência de zonas de repulsão implantaram áreas geopolíticas neutras, predispondo os países sul-americanos a uma dissociação econômica e psicossocial, vivendo de costas uns para os outros. Esse dualismo geopolítico sul-americano foi também influenciado pelo Tratado de Tordesilhas (1494), dividindo o continente em duas grandes vias de penetração continental: a foz do Prata, entregue aos espanhóis, proporcionou-lhes maiores oportunidades para a expansão pelos Pampas e Chaco, e a embocadura do Amazonas, concedida aos portugueses, permitiu que os lusos se apossassem daquela planície setentrional.

Vários pensadores brasileiros foram influenciados e reinterpretaram essa abordagem, adaptando e desenvolvendo concepções geopolíticas para a realidade do país. Entre os principais autores estão os militares Backheuser, Mário Travassos, Golbery, Meira Mattos, além de acadêmicos como Bertha Becker, Therezinha de

Castro, Shiguenoli Miyamoto, Leonel Itaussu Mello e Wanderley Messias da Costa. A perspectiva continentalista recebeu contribuições de outros geopolíticos, como Golbery do Couto e Silva e Mario Travassos, interpretada de forma particular no Brasil: a projeção do país ao continente era destinada a consolidar o *Lebensraum*[1], necessário para preservar a autonomia nacional brasileira (PUNTIGLIANO, 2013).

Um dos focos da obra do fundador da disciplina da Geopolítica, Friedrich Ratzel, é a busca pelo espaço vital (conceito de *Lebensraum* elaborado por Ratzel), preocupação especialmente de estados Europeus que teriam problemas de aumento populacional e escassez de áreas onde se desenvolver. O relato histórico brasileiro, desde os tempos coloniais até hoje, revela a importância para os líderes de ocupar os territórios vazios no interior do país. Essa colonização foi impulsionada pelos chamados bandeirantes, que, durante anos, ocuparam as terras vazias, usando o princípio *uti possidetis*, de acordo com o qual a terra pertence a quem a ocupou em primeiro lugar (CETINA, 2011).

O general Mario Travassos, pioneiro da geopolítica brasileira, em sua obra *A projeção continental do Brasil*, na década de 1930 diagnosticou dois obstáculos a serem superados para o país se tornar líder na região: prosseguir uma política de ocupação dos espaços vazios no vasto território, criando uma rede de estradas e de comunicações; e superar o antagonismo entre o Atlântico e o Pacífico, separados pela cordilheira dos Andes, além de superar os antagonismos verticais entre a Bacia do Amazonas e a Bacia do Prata, com a criação de um terceiro espaço para equilibrar seu poder continental através de influência na Bolívia (TRAVASSOS apud SEVERO, 2012).

Outro membro desta escola de pensamento foi o também general Carlos de Meira Mattos. Ele afirmou que o destino do Brasil é uma conexão entre seu caráter de país continental e suas alianças na região como prioridade da política externa. Meira Mattos apontava a prioridade de integrar a região amazônica ao território nacional, uma vez que, para a visão geopolítica do general, é na Amazônia que a continentalização de *hinterland* sul-americano começaria, enfatizando o uso da tecnologia de transporte e comunicação para promover o progresso e o desenvolvimento econômico da América do Sul (MEIRA MATTOS apud CETINA, 2011).

A preocupação em construir vias de comunicação e conexão com a Bolívia refletiu-se em políticas estatais brasileiras. Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas a construção da linha entre Corumbá e Santa Cruz de la Sierra foi iniciada, com o objetivo de ampliar a presença do Brasil no território boliviano. Nas décadas seguintes, as descobertas de gás natural, petróleo e minérios, entre outras riquezas, fez com que militares como Costa e Silva (1955) e Pinochet (1978) ampliassem a concepção de *heartland* sul-americano, incluindo o norte argentino, o Paraguai

1 Palavra alemã que denota espaço vital, significando o tamanho físico e populacional, possuidor de vastos recursos naturais necessários para que um Estado-Nação possa ser uma potência. O termo foi criado pelo geógrafo Friedrich Ratzel no século XVIII.

e o centro-oeste brasileiro, regiões consideradas estratégicas para o processo de integração sul-americana (SEVERO, 2012).

Um autor fundamental do pensamento geopolítico brasileiro, general Golbery do Couto e Silva acreditava que o Brasil deveria controlar seu próprio território para alcançar projeção continental. A Nação deveria realizar uma integração nacional com a utilização eficaz do território; com expansão rumo ao interior do país e ao exterior em direção ao Pacífico; colaboração com os países sul-americanos e, também, com o mundo em desenvolvimento; além de uma geoestratégia no sentido de posicionar o país em relação às duas grandes superpotências durante a Guerra Fria (COUTO E SILVA, 1955).

Na Argentina, o coronel Juan Domingo Perón (1895-1974) se formou, em 1913, na escola militar, onde aprendeu geopolítica. Como outros militares sul-americanos, os argentinos tinham sido treinados por instrutores alemães no início do século XX, e absorveram ideias alemãs sobre os vínculos entre Estado, nação e geografia. Conforme Puntigliano (2013), Perón foi um dos primeiros a elaborar as bases para uma geopolítica da integração sul-americana e transformar a América do Sul em um objetivo geopolítico claro. Ele entendia que a criação de uma sólida integração sul-americana seria o caminho para levar a uma unidade latino-americana (PUNTIGLIANO, 2013).

Historicamente, as políticas de governo da Argentina parecem se dividir entre sua atuação rumo ao interior do país, com o objetivo de uma projeção sul-americana, e sua vocação de poder naval, com vistas ao Atlântico e à Antártida. Além de possuir grande parte de uma das bacias hidrográficas mais importantes do mundo no Rio da Prata, o país conta com um litoral de 5.000 km, uma das mais extensas costas marítimas da América do Sul. Uma obra fundamental da geopolítica argentina, *Interesses argentinos no mar*, publicada pela primeira vez em 1916 pelo Almirante Storni, propõe a prioridade do poder marítimo para a Nação Platina (STORNI, 1952). Mesmo tendo produzido vários estudos que visavam a uma abordagem voltada ao interior do continente sul-americano, assim como políticas governamentais com objetivo de projeção para essa região (criando vias de transporte e de comunicação no sentido leste-oeste e sul-norte), grande parte da produção geopolítica na Argentina mostra que o país tem, desde os tempos de Storni, uma vocação marítima.

Uma grande preocupação argentina é de desenvolver-se como um *maritime power* para defender suas águas marítimas e, especialmente, recuperar a soberania sobre as ilhas Malvinas (ou *Falkland*). A presença militar e a exploração econômica dos recursos da região pelos britânicos, tão próxima ao país, são fatores de tensão, segundo a ex-ministra da Defesa Argentina, Nilda Garré:

> [...] la permanencia de la potencia extracontinental en el archipiélago complejiza ciertamente la resolución de una parte

> importante de nuestra defensa marítima y afecta también la eficiencia en la protección de recursos vitales que siguen siendo explotados de manera irresponsable. (GARRÉ, 2009, p.13[2])

Muitas dessas questões expressadas por autores brasileiros e argentinos parecem ser contempladas com a formação da UNASUL e, mais especificamente, com os projetos da COSIPLAN e a criação do Conselho de Defesa (CDS). Uma das principais bases da formação do Conselho de Defesa é a preocupação de muitos governos com a possível escalada de conflitos entre os países vizinhos. O ápice da tensão foi a Operação Fênix – o ataque das Forças Armadas da Colômbia contra o acampamento da guerrilha colombiana no Equador, com a invasão de Angostura, em março 2008, o que resultou no assassinato de Raul Reyes, líder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Outra razão remete ao reativamento, também em 2008, da Quarta Frota pelos Estados Unidos (EUA) e à instalação de bases militares norte-americanas em territórios da América do Sul, como na Colômbia e no Peru, causando preocupação aos governos progressistas e populares, como uma ameaça à autonomia e à preservação da democracia na região.

O campo da defesa na América do Sul e América Latina esteve sob a hegemonia estadunidense desde meados do século XX, o que influenciou fortemente as principais formulações, os instrumentos e as estratégias de defesa no hemisfério americano. Entre os mecanismos utilizados para implementar tal hegemonia, destacam-se o escopo dos acordos do período da Segunda Guerra Mundial (Conferência do Rio) e do imediato pós-guerra, com a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), na Conferência Interamericana de 1947, e a subsequente institucionalização da Organização dos Estados Americanos (OEA). O TIAR estabelecia o conceito de segurança hemisférica, segundo o qual um ataque armado de qualquer Estado contra um Estado americano seria considerado como um ataque contra todos os Estados do hemisfério.

A questão da defesa permeia as relações de vários países na América do Sul e teve papel importante também para a formação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL): o apoio brasileiro ao pleito argentino, durante a guerra das Malvinas, ajudou a aproximar estes dois países, enquanto o apoio dos Estados Unidos ao Reino Unido representou uma quebra do pacto americano (SOUZA, 2012).

4 A DEFESA DOS RECURSOS NATURAIS NA REGIÃO ANDINO-AMAZÔNICA

A área Amazônica é de fundamental importância para a integração do continente sul-americano. A Amazônia tem o potencial de articular as regiões

2 […] a permanência do poder extracontinental no arquipélago, certamente, complica a resolução de uma parte importante da nossa defesa marítima e, também, afeta a eficiência na proteção de recursos vitais continuam a ser explorados de forma irresponsável. (tradução nossa).

andina, caribenha e platina, sendo ponto nevrálgico na defesa dos recursos naturais e, atualmente, apresentar instabilidade política e ameaças não estatais, como o narcotráfico e grupos paramilitares.

Um importante elemento para a conexão entre o Brasil, os países andinos e amazônicos foi o Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em Brasília em 1978. Oito países fazem parte dessa iniciativa: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Para Amayo Zevallos, os chefes destes governos assinaram o tratado principalmente por razões de defesa e contra tentativas de nações extra-regionais de justificar a internacionalização da Amazônia. O autor lembra que François Mitterrand, presidente da França (1981-1995), uma potência central, argumentou direta e claramente para justificar a internacionalização da Amazônia, em 1989:

> En la Conferencia de Medio Ambiente de la Haya él propuso la creación de una Alta Autoridad Mundial para Asuntos Ambientales con capacidad de ingerencia, lo que significaría limitar las soberanías nacionales con relación a bienes considerados de interés para la humanidad, como la Amazonía. (AMAYO ZEVALLOS, 1993, p. 129)[3].

Em meados dos anos 2000, a geógrafa brasileira Bertha Becker ressaltava a disputa das potências internacionais pelos estoques das riquezas naturais localizadas nos países periféricos:

> Esta é, pois, a base da disputa. Há três grandes eldorados naturais no mundo contemporâneo: a Antártida, que é um espaço dividido entre as grandes potências; os fundos marinhos, riquíssimos em minerais e vegetais, que são espaços não regulamentados juridicamente; e a Amazônia, região que está sob a soberania de estados nacionais, entre eles o Brasil. (BECKER, 2005, p.77).

Os territórios que compõem a região dos Andes-Amazônia tornaram-se uma espécie de cerco estratégico (*rimland*) para os Estados Unidos, na visão da pesquisadora colombiana María del Pilar Ostos Cetina, pois se pretende controlar as ações do Brasil a partir da Colômbia. A autora argumenta que os EUA se fortalecem na região sul-americana ao fazer da Colômbia sua *rimland*, já que este é um ponto intermediário entre um grupo de países que convergem na América Central, no mar do Caribe e os localizados no lado sul-americano:

> Frente a esta realidad, las circunstancias geográficas, histórico-políticas y de la hegemonía regional encabezada por Estados

3 "Na Conferência Ambiental em Haia, ele propôs a criação de uma Alta Autoridade Mundial para Assuntos Ambientais capazes de interferência, o que limitaria a soberania nacional em relação a bens considerados de interesse para a humanidade quanto a Amazônia". (tradução nossa)

> Unidos, le otorgan a Colombia la condición de "cerco estratégico" (*rimland*) o de línea de defensa para llevar a cabo diferentes actividades y maniobras como parte de su inminente vecindad con Brasil, considerado desde esta perspectiva de análisis en el actual *heartland* sudamericano. (CETINA, 2011, p. 54)[4].

Um dos maiores problemas para a integração do Brasil na região sul-americana seria a conexão com a dinâmica da Bacia do Pacífico, que é fator cada vez mais importante no aspecto econômico global, segundo Amayo Zevallos (2004). Para que a integração sul-americana se torne realidade, na análise do autor, faz-se necessário o Brasil estabelecer vínculos fortes com os países fronteiriços com saída para o Pacífico, ou seja, Colômbia e Peru. A fronteira com a Colômbia, segundo Amayo Zevallos (2004), é considerada pelo Brasil como fonte latente de conflito, diante da possibilidade de infiltração de traficantes e guerrilheiros em seu território. A divisa entre os dois países, 1.644 km, inteiramente localizada na Amazônia, a maior floresta tropical da Terra; a localização e extensão tornam-se difíceis de controlar por métodos tradicionais, por terra e água (AMAYO ZEVALLOS, 2004).

O Brasil é considerado por muitos especialistas como o pulmão do mundo (conceito contestável) e a maior fonte de água doce e da biodiversidade do planeta, além de possuir recursos energético-estratégicos, entre os quais destaca-se o petróleo, localizado em águas profundas na área conhecida como pré-sal, no litoral de São Paulo e Rio de Janeiro, colocam o país na mira dos Estados Unidos, segundo Cetina (2011). Na opinião da autora, a partir da Colômbia, interesses norte-americanos podem ser defendidos como, por exemplo, na vizinha Venezuela, cuja importância está em seu crescente poder concentrado a partir do petróleo (CETINA, 2011).

A Venezuela adquiriu maior projeção geopolítica com a ascensão de Hugo Chaves e sua política externa bolivariana, com objetivo declarado de utilizar de vários meios para conter a influência do governo dos EUA sobre a América Latina. São grandes as tensões da Venezuela com o país vizinho, a Colômbia, pela situação de guerrilha civil das Forças Revolucionárias da Colômbia (FARC) e também pela atuação do governo do país, com o apoio de Washington, na repressão aos narcotraficantes e a chamada luta contra as drogas.

A Venezuela é um país de grande importância no continente sul-americano, por seus enormes recursos naturais e energéticos. Durante o governo chavista, a

4 "Diante dessa realidade, as circunstâncias geográficas, histórico-políticas e a hegemonia regional exercida pelos Estados Unidos, outorgam à Colômbia o status de 'cerco estratégico' (Rimland) ou linha de defesa para realizar diferentes atividades e manobras como parte de sua iminente vizinhança com o Brasil, considerado a partir dessa perspectiva de análise como o efetivo coração da América do Sul". (tradução nossa)

política externa do país tem expressado posições anti-imperialistas com relação aos Estados Unidos, entre elas estão a atuação da PetroCaribe[5] e da criação da Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA), projetando a influência venezuelana na Bolívia, Equador, América Central e na sub-região do Caribe (área tradicional de influência norte-americana).

5 POTENCIAIS CONFLITOS GEOPOLÍTICOS NA AMÉRICA DO SUL E A INTEGRAÇÃO ESTRUTURAL E ECONÔMICA ATRAVÉS DA IIRSA-COSIPLAN

Além da pressão e dos movimentos geopolíticos de nações extrarregionais na América Latina, há ainda motivos de preocupação e potenciais conflitos entre os países do continente. Mesmo sendo considerada uma região de paz, onde não se registraram grandes guerras nos últimos anos, existem possibilidades de conflito interestatal na América do Sul, principalmente relacionadas a questões de disputas de fronteiras não resolvidas, segundo Pagliari (2009). Entre os focos de possível tensão, a autora destaca: entre Chile e Bolívia, por este último reivindicar seu direito de saída para o mar; entre Colômbia e Nicarágua, como resultado da controvérsia sobre a soberania do arquipélago de San Andrés; entre Colômbia e Venezuela em relação à delimitação do Golfo da Venezuela (ou golfo de Maracaibo) e plataforma continental; e, finalmente, entre Venezuela e Guiana sobre a Bacia do Rio Essequibo (PAGLIARI, 2009).

Todas essas disputas não parecem oferecer risco iminente para o continente, mas elas existem e têm potencial de desestabilizar a região. No âmbito político-econômico, especialmente na conformação da UNASUL, uma forma de estimular e preservar a segurança regional e a harmonia entre as nações é a cooperação econômica e de infraestrutura. Um processo fundamental para a integração da América do Sul são os projetos desenvolvidos no âmbito da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA, que, atualmente, foram incorporadas pela UNASUL, através do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN).

A IIRSA tem o objetivo de promover a integração física da região, através de obras e projetos nas áreas de transportes, logística, comunicação e infraestrutura, interligando o continente. A articulação e a integração entre a região Andino-Amazônica e Platina vêm sendo paulatinamente incorporada também em âmbito binacional e sub-regional (rodovias, gasodutos e outras obras de infraestrutura, muitas delas financiadas por empresas brasileiras e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES).

5 Petrocaribe é uma aliança em matéria petroleira entre alguns países do Caribe com a Venezuela. A iniciativa por parte do Governo Bolivariano da Venezuela tem como objetivo uma aliança que consiste em que os países caribenhos comprem o petróleo venezuelano em condições de pagamento preferencial.

A espinha dorsal da IIRSA consiste em redes de energia, transporte e corredores que ligam os centros econômicos do continente. Sua finalidade é incentivar a integração, com a construção da infraestrutura necessária para estimular o crescimento ao longo destes corredores. Na geografia da América do Sul, a rede resultante dessas ligações irá assemelhar-se a uma teia de aranha, com o Brasil preenchendo seu centro. Além disso, parte dos projetos aprovados pela Iniciativa localiza-se estrategicamente em algumas áreas de possíveis conflitos, com a premissa de que o desenvolvimento econômico possa também dissipar tensões geopolíticas entre os países sul-americanos (BURGES, 2008).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise geopolítica contemporânea deve ir muito além de aspectos geográficos, territoriais e de poder econômico-militar, conforme propunham geopolíticos clássicos. As percepções e as capacidades geopolíticas da América do Sul requerem abordagens multidimensionais – não só territoriais e geográficas, mas políticas, econômicas, culturais, ecológicas, entre outras. A Geopolítica, assim como as demais ciências, é condicionada historicamente. Neste sentido, equipada com instrumentos e referenciais da Geografia, Relações Internacionais, e outros conhecimentos, a Geopolítica evolui: conceitos, abordagens e análises de autores clássicos contribuem para o exame da realidade contemporânea e construção de cenários e estratégias de integração, de Defesa e segurança no continente.

A concepção de continente sul-americano, materializada na formação da UNASUL, encontra ressonância no pensamento geopolítico desde os autores pioneiros da disciplina na região. Os conceitos geopolíticos clássicos de autores como Makinder, Ratzel e Mahan, utilizados e reinterpretados por pensadores sul-americanos, também nortearam a orientação militar e influenciaram a política externa de várias nações no continente.

A consolidação do conceito de região sul-americana e o processo de construção da UNASUL têm criado novas configurações no tabuleiro geopolítico, abrindo uma disputa na resolução de questões que eram, até então, discutidas somente no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), com potencial impacto na geopolítica hemisférica e global. Sob novas nuances, o pensamento geopolítico continua sendo importante instrumento de análise e estudo da realidade do continente.

No entanto, a UNASUL e, em especial, o CDS parecem atravessar um momento de inflexão, como a decisão da Bolívia de apelar para a Corte de Haia – e não à UNASUL – para a resolução de seu pleito de saída para o mar e a questão com o Chile; a entrada de outros atores e instituições na mediação de conflitos

entre a oposição e o governo venezuelano; e as negociações de paz entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o governo colombiano, em que a Instituição não tem tido papel principal.

No âmbito da indústria de defesa, nos últimos anos, há uma profusão de acordos bilaterais entre países sul-americanos com parceiros extrarregionais, como a China e Rússia, na área de equipamentos militares, – exemplo disso são as tratativas da Colômbia com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Isso tudo num contexto de *shifting geopolitics* com o restabelecimento das relações entre os EUA e Cuba, como também de vários pleitos eleitorais na região (com a eleição do novo presidente na Argentina, e a vitória da oposição nas eleições congressuais na Venezuela, por exemplo), que apontam para uma mudança de ventos nas iniciativas de integração e cooperação sul-americana.

São muitos os desafios a enfrentar para desenvolver a institucionalização do espaço sul-americano. Revela-se complexo o processo de aprofundamento e de implementação de uma identidade e interesses comuns na área de defesa sul-americana, em um cenário onde diferentes pontos de vista ainda persistem. A regulamentação, definições de atuação e a construção institucional do Conselho Sul-Americano de Defesa são objeto de controvérsias. Ressalta-se, no entanto, que vários interesses geopolítico-nacionais de cada país integrante do Conselho de Defesa Sul-Americano parecem ser contemplados com a adesão à entidade. Fuccille levanta possíveis motivos dos vários países sul-americanos para participar do Conselho. Segundo o autor:

> O CDS poderia vir a cumprir diferentes desígnios, com todos tendo eventualmente algo a ganhar: da perspectiva argentina interessava aglutinar novos atores ao pleito de que 'as Ilhas Malvinas são argentinas' e todos os desdobramentos que esta questão encerra; passando por um Paraguai acossado por problemas internos que culminou no surgimento do grupo guerrilheiro Exército do Povo Paraguaio (EPP); uma Venezuela que, ainda que aquém do modelo desejado pelo comandante Chávez, o enxergava como um importante instrumento para evitar o encapsulamento ou até mesmo uma ação direta por parte dos EUA; aos outros bolivarianos da região, Bolívia e Equador, que interessavam buscar garantias ante ações desestabilizadores do tipo que se passou com e após o episódio de Angostura; para a Colômbia, ainda que reticente a princípio e temendo o isolamento, a possibilidade de um maior comprometimento e compreensão dos países vizinhos com o flagelo do conflito interno vivido por este; o Peru e Chile, com preparos e capacidades militares bastante distintos,

> buscavam reforçar a solução dos litígios por vias diplomáticas e eventualmente por meio de tribunais internacionais; ao norte Guiana e Suriname enxergando uma possibilidade para o aprofundamento de sua "sulamericanização" (em contraste com a histórica vocação caribenha); e, finalmente, com o CDS o Uruguai conseguia superar suas ressalvas a uma preocupante colaboração militar mercosulina entre Brasil e Argentina que causava grande desconforto em Montevidéu. (FUCCILLE, 2014).

Uma breve análise de documentos produzidos pela União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), no âmbito da Defesa, revela indícios de imposições e limitações de cunho geopolítico que limitam a atuação e o desenvolvimento da organização: a adoção do consenso para a tomada de quaisquer resoluções (ou seja, nenhum tipo de sanção ou instância supranacional ou superior às instâncias políticas nacionais), a defesa incondicional da soberania e integridade territorial de cada nação, presentes em todas as resoluções do organismo, podem ser exemplos dessa orientação.

As percepções geopolíticas acompanham – e devem acompanhar – as conjunturas históricas. Neste sentido, novos temas têm que ser incluídos, em termos da segurança e defesa conjuntas: a conjugação de propostas ambientais de segurança às questões clássicas de ordem espacial – meio ambiente e questões climáticas; ameaças não apenas de ordem estatal, como o narcotráfico e o terrorismo.

As mudanças em curso em países importantes para a consolidação da UNASUL, como, por exemplo, na Argentina e Venezuela, anunciam possibilidade de transformações que podem ter efeito de maior convergência política. A própria abordagem geopolítica, além de aspectos geográfico-espaciais, tem se pautado pela multidimensionalidade. Desta maneira, temas culturais, "civilizacionais" (como os povos indígenas, por exemplo), ideológicos, econômicos e ambientais, tornam-se, cada vez mais, objeto de estudo desta disciplina na América do Sul.

REFERÊNCIAS

AMAYO ZEVALLOS, Enrique. Da Amazônia ao Pacífico cruzando os Andes. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 7, n. 17, p.117-169, abr. 1993. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9614/11183>. Acesso em: 23 jan. 2015.

_____. *Amazonia, Mercosur y las posibilidades de integración* [S.l.], 2004. Disponível em: <http://enriqueamayo.blogspot.com.br/2008/11/amazonia-mercosur-y-las-posibildiades.html>. Acesso em: 23 jan. 2015.

AMORIM, Celso. A política externa brasileira no governo do Presidente Lula (2003-2010): uma visão geral. *Revista Brasileira Política Internacional,* [S.l.], v. 53, n. spe, p. 214-240, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0034-73292010000300013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 jan. 2015.

BADIA MALAGRIDA, Carlos. *El factor geográfico en la política sudamericana.* Madrid: Jaime Ratés, 1919.

BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia: *Estudos Avançados,* São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, abr. 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10047/11619>. Acesso em: 23 jan. 2015.

BURGES, Sean W. Consensual hegemony: theorizing brazilian foreign policy after the Cold War. *Sage International Relations* [S. l.], v. 22, p. 65-84, mar. 2008. Disponível em: <http://ire.sagepub.com/cgi/content/abstract/22/1/65>. Acesso em: 23 jan. 2015.

CASTRO, Therezinha de. *Nossa América:* Geopolítica comparada. Rio de Janeiro: Ed. BIBLIEX, 1994.

CETINA, María del Pilar Ostos. Aplicación de modelos geopolíticos en América Latina: los casos de Brasil y Colombia. *Revista de Estudios Latinoamericanos,* Ciudad de México v. 53, p. 147-167, 2011.

COSTA, Wanderley Messias da. Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração.*Confins*[online], v. 7, p. 1-27, 2009. Disponível em: <https://confins.revues.org/6107#text>. Acesso em: 17 jan. 2015

COUTO E SILVA, Golbery do. *Geopolítica do Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

FUCCILLE, Alexandre. *Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS): balanços e perspectivas.* In: Encontro Associação Brasileira de Ciência Política, 9., 2014, brasilian, DF. *Anais*. Brasilian, DF: ABCP, 2014.

GARRÉ, Nilda Celia. Actualidad del mensaje de Segundo Storni (Presentación). In: STORNI SEGUNDO, R. *Intereses Argentinos en el Mar*. 2. ed. Buenos Aires: Armada Argentina, 2009.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria:* imaginação geográfica e política externa no Brasil, 1808-1912. São Paulo: Ed.UNESP, 1997.

MELLO, Leonel Itaussu. Brasil y Argentina em perspectiva: competencia, distensión y integración. In: BORON, Atilio A.; VITA, Álvaro de. (Org.). *Teoría y filosofía política:* la recuperación de los clásicos en el debate contemporáneo. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 291-302.

_____. Il Brasile e l'integrazione continentale. *Rivista Trimestrale dell'Isag*, [S.l.] , v. 1, n. 4, 2012.

NOLTE, Detlef; WEHNER, Leslie. *UNASUR and the New Geopolitics of South America.* Paper prepared for the XXIII World Congress of Political Science, Madrid, p. 8-12, jul. 2012.

PAGLIARI, Graciela. *Segurança na America do Sul, problemas e atores.*Curitiba: Juruá, 2009.

PUNTIGLIANO, Andrés Rivarola. 'Geopolitics of Integration' and the Imagination of South America. *Geopolitics*, v. 16, n. 4, 2011. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14650045.2010.549863?journalCode=fgeo20#preview>. Acesso em: 23 jan. 2015.

SEVERO, Luciano Wexwell. A importância geopolítica da Bolívia e a integração da América do Sul. In: OLIVEIRA, R. P.; NOGUEIRA, S. G.; MELO, F. R. (Org.). *América Andina:* integração regional, segurança e outros olhares. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 137-161.

SOUZA, Nilson A. de. América Latina: as ondas de integração. *Revista Oikos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 87-126, 2012.

STORNI, Segundo R. *Interesses argentinos en el mar.* 2. ed. Buenos Aires: Ministério de Marina, 1952.

TEIXEIRA, Vinicius Modolo. *A Cooperação em Defesa na América do Sul como base para a integração do continente.* 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

TRAVASSOS, Mario. *Projeção continental do Brasil.* 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.